

As agências de estatística como fator de desenvolvimento da campanha municipalista patrocinada pelo I. B. G. E.

(Conferência pronunciada na Câmara de Vereadores de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, em 14-1-49).

RAFAEL XAVIER.

NÃO é sem profunda emoção que volto a rever, nestas minhas constantes andanças pelo interior do Brasil, a terra e a gente da velha Província, cujas tradições de trabalho e nobreza se inscrevem, desde muito, entre os títulos mais significativos de nosso patrimônio moral. Constituí para mim motivo de justa alegria a visita que ora faço ao município de Macaé, onde se encontram, em elevada expressão, as virtudes de operosidade do povo fluminense.

Por maiores que sejam, porém, as emoções dêste breve convívio, não consigo afastar do espírito a lembrança de que, há pouco menos de um mês, realizava excursão dêsse gênero, para levar também a mensagem de minha palavra amiga a outro núcleo do Estado do Rio, o município de Santo Antônio de Pádua. E nas festivas paragens, que o labor incansável do homem rural pontilhara de culturas variadas construindo a riqueza pública e particular da região, logo após se desencadearia uma das maiores tragédias coletivas até agora registradas em nossa "geografia das calamidades", cobrindo de luto e dor aquelas populações que inda me foi dado surpreender, ao longo do caminho, nos seus últimos instantes de tranqüila despreocupação, entregues ao amanhã da terra fecunda e generosa.

Rendendo o tributo de minha solidariedade a êsses irmãos que a desgraça tão fundamentalmente atingiu, não posso deixar de conclamar os homens públicos do Brasil a que tirem da rude lição, imposta pelas forças descontroladas da natureza, tôdas as advertências que dela decorrem.

Com profunda intuição dos problemas orgânicos do Brasil, Tôres observava que a nossa atividade agrícola, desde os tempos coloniais, tem sido um processo de devastação da terra, sem protesto de ninguém. Mais cedo do que haveria de supor a nossa imprevidência, o Brasil está pagando pelo crime de não termos ouvido as grandes vozes apóstólicas que, a exemplo do eminente estadista fluminense, criador de nossa sociologia política, re-

comendavam a preservação das fontes de vida, para não ser o País arrastado ao sacrifício integral de sua vitalidade econômica.

Infelizmente, a exploração indiscriminada das riquezas naturais, aquêlê crime permanente contra a natureza, configurado no anátema torreano, está levando o Brasil a enfrentar problemas que somente se justificariam em nações envelhecidas por séculos e séculos de ocupação total, sob a pressão desgastadora de efetivos populacionais densos e compactos. Nunca em nação nova, como é o nosso caso, e de minguada densidade demográfica.

O drama da erosão aí está a encher de graves preocupações os órgãos responsáveis pela economia agrícola brasileira. E só os piores dos cegos — aquêles que não querem ver — deixarão de identificar as causas presentes e remotas de sua ocorrência inapelável: basta voltar o espírito para a criminoso destruição a que vimos submetendo as nossas últimas reservas florestais, enchendo de "sobejos de coivaras" — na expressão pitoresca de Gilberto Freire — aquelas regiões outrora revestidas de matas esplêndidas, capazes de assegurar o perfeito equilíbrio do mecanismo da natureza, no conjunto das relações ecológicas.

Já agora não são apenas as advertências dos teorizadores — tão mal escutada pela imprevidência dos homens práticos, para quem o lucro imediato é a suprema lei — que nos indicam a necessidade de arrepiarmos caminho, cuidando mais e melhor de preservar a terra do Brasil contra o assalto continuado que lhe vimos movendo, nesses quatro séculos de formação nacional. Mais do que essas advertências, temos que ouvir o côro de lamentações de irmãos brasileiros, tão duramente atingidos, e cuidar, quanto antes, de adotar, em relação à terra uma política menos desumana e mais previdente, que nos preserve de calamidades como a que ora lamentamos e que fêz repercutir em todos os recantos do País o clamor desconsolado de patrícios mineiros e fluminenses.

Não vos direi novidade, senhores, ao lembrar que Macaé foi, na baixada fluminense, um dos centros mais importantes do interior do Brasil. Como as sedes de tantos outros municípios localizados na porção de terras que, no Estado do Rio, se estende entre o mar e as montanhas, paralelas à linha costeira, esta bela cidade ostenta, ainda, bem visíveis, os sinais do antigo fastígio, lembrança tangível da grandeza e prosperidade de outrora. E' um documentário inanimado, silencioso e austero, todo feito de pedra e argamassa, em formas e estilos arquiteturais da era do Brasil Império, a refletir melancolicamente, na época atual, o abandono e desprestígio da vida comunal.

Bem verdade é que o processo de decadência da baixada, objeto de recente estudo de um dos seus mais ilustres filhos, o engenheiro e sociólogo Alberto Lamago, encontra sua explicação histórica na brusca transição do regime de trabalho operada no penúltimo ano da Monarquia, quando ruiu, por força da Lei de 13 de maio de 1888, todo o sistema de produção baseado na mão de obra escrava. Constitui ponto pacífico, hoje em dia, quando já se tem mais ampla perspectiva para um sereno julgamento do passado, que o decreto abolicionista veio trazer perturbações de índole econômica tão graves que concorreu para apressar o advento da República.

Na manutenção, por algum tempo ainda, do sistema odioso dêsse tipo de mão de obra, prevendo-se embora a sua extinção, mas, de maneira gradativa, estaria assegurada, talvez, a fórmula salvadora, capaz de deter ou, pelo menos, retardar a derrocada econômica que atingiu de preferência, e por motivos fáceis de explicar, aquelas zonas onde culturas como as do café e da cana de açúcar mais floresciam. Foi justamente o caso de largos trechos da baixada. Foi bem o caso de Macaé.

Mas — e cabe aqui uma ressalva a que de-sejo emprestar o máximo relêvo — a crise seria grandemente atenuada se outras fôssem as diretrizes da política que veio predominando até os nossos dias, da política que acabou provocando a total exaustão dos municípios diretamente afetados pelo fenômeno. Aquêlê fator de decadência e ruína, sem dúvida poderoso, poderia ter sido, em boa parte, corrigido uma assistência mais solícita às referidas zonas, da parte dos poderes centrais, nos primeiros decênios da vida republicana, em vez do esquecimento e do desprezo a que ficaram elas entregues durante mais de meio século.

Com o correr do tempo, vimos que alguns trechos da baixada retomaram o ritmo produtivo, e Campos aí está como principal exemplo dessa reação, processada quase inteiramente à revelia de qualquer ajuda dos escalões superiores da administração. As ricas formações aluviônicas do baixo Paraíba voltaram, cedo, a garantir continuidade de progresso àquele município.

Todavia, o agente responsável por êsse breve reerguimento, todos sabem, residiu na transformação por que passou o fabrico do açúcar, de alguns

decênios aos nossos dias. Os velhos e rudimentares métodos de produção dos engenhos cederam lugar aos processos modernos de industrialização. Isso minorou, em grande parte, os efeitos da crise. Mas a atmosfera de opulência e vitalidade das sedes municipais não haveria de voltar, mesmo em Campos, onde mais levemente se fizeram sentir as conseqüências inelutáveis das mutações ocorridas no "status" econômico e até social da antiga região fluminense, que tanto concorreu, no século XIX, para o enriquecimento da nobiliarquia imperial.

Contudo, Macaé vem de mais longe, no tempo. Seu aparecimento data do século XVII. Data precisamente de 1630, quando reincorporadas aos bens da Coroa, as antigas Capitânicas de São Vicente e São Tomé foram entregues, em regime de sesmarias, a sete Capitães, os quais passaram a figurar, na história, como os iniciadores da colonização efetiva e real dos territórios compreendidos entre os rios Itabapoana e Macaé.

Por essa época era Macaé um simples aldeamento de índios e mamelucos, dirigidos pelos Jesuítas. Seu desenvolvimento, como o de vasta área circundante e, em sentido mais amplo, de largos tratos do nosso território, na fase colonial, foi em grande parte obra dos padres da Companhia de Jesus.

Convém fixar, senhores, mesmo de passagem e em breves palavras, o sentido do papel desempenhado pelos Jesuítas na formação do Brasil Colonial, do Brasil remoto, cuja evocação se dilui pelos idos de 1500 e de 1600. Não movia êsses abnegados artífices da colonização o exclusivo propósito de conquista das almas, realizando apenas o pioneirismo da fé religiosa e modelando o caráter moral da incipiente sociedade que se ia aos poucos formando em núcleos centralizados, aqui e alí, principalmente ao longo do litoral, pelos locais mais adequados à ereção das cidades.

Os Jesuítas como que tiveram a intuição do futuro econômico reservado a cada um dêsses núcleos que tão eficientemente ajudaram a criar e, em muitos casos, criaram por sua própria iniciativa e iluminado arrôjo. Porque êsses soldados do Cristianismo não se lançaram pelos nossos Brasís quinhentistas, ignotos e bárbaros, apenas à catequese do gentio, às lutas pela implantação de um regime mais humano nas relações entre os índios e aquelas camadas heterogêneas de portugueses de tão diversificada origem, escória social que a metrópole atirara às asperezas e traições da terra recém-descoberta.

À semelhança da conquista de índios, realizada pelos colonizadores ávidos de braços para os primeiros trabalhos de fixação e rotina da vida civilizada, os Jesuítas não se limitavam a "prear" almas. Eles bem souberam imprimir um nobre sentido de trabalho construtivo, e de objetivos nitidamente econômicos, àqueles núcleos. Já observou com propriedade um estudioso da ação dos padres da Companhia de Jesus em São Paulo (Dorival Teixeira Vieira) que se o fim imediato dos Jesuítas era ensinar, "o ensino era aí apenas

um meio para atingir um fim mais remoto: a superioridade social". (...) "Os Jesuítas foram eminentemente colonizadores. Eles eram exploradores rurais, verdadeiros fazendeiros. Conseguiram inteligentemente o que o português havia conseguido pela força — a escravização do índio e a exploração de seu trabalho. (...) Jesuítas e colonos tinham um campo comum, no qual seus interesses entravam em choque. O sedentarismo do Jesuíta traduzindo-se na agricultura, e o nomadismo do mameluco, por herança atávica, levaram a um mesmo fim: sobreviver e garantir a sua supremacia social.

Macaé foi, em seus primitivos estágios de existência, um desses centros de irradiação em que se desdobrou a incansável e, tantas vezes, anônima e esquecida atividade dos Jesuítas. Sua elevação à categoria de Vila verificou-se pelo alvará de 29 de julho de 1813. Segundo o regime da época, estava realizada a emancipação administrativa e política de Macaé. Em 1874, pelo Decreto n.º 2.012, de 16 de maio, foram-lhe conferidos os foros de Comarca e se efetivou, desta forma, a sua emancipação judiciária. Já então alcançara Macaé aquêlo período de prosperidade a que me referi de início. O período do Segundo Império. Já se havia tornado o centro de cultura agrícola que haveria de sofrer, mais adiante, o impacto de desajustamento das primeiras décadas republicanas.

Mas, senhores, êste Município, tão atingido pelas vicissitudes de índole econômica, exemplo vivo, e dos mais eloqüentes, da carência de meios a que se vêem relegadas, em geral, as comunas brasileiras que não são sedes de governos estaduais, conseguiu atravessar a fase negra de sua vida êsse interregno de abandono que vem dos últimos dias do Império. Apesar de tudo, alguma coisa se fez, no curso dessa etapa de sacrifícios e depauperamento contínuo. E se isso ocorreu, se vejo em tôrno de mim tantas e tais manifestações de vida, como num milagre de energia renovada, fãcilmente poderemos prever o surto de progresso e desenvolvimento dêste município, quando a êle deixarem de ser consignadas apenas as sobras das rendas não absorvidas pelo Estado e pela União.

Contemplar o que já executastes, em circunstâncias tão precárias, enche de entusiasmo aquêles que se batem, como eu, por uma autonomia municipal, não somente em têrmos políticos, mas, e necessariamente, financeiros. Em 1946, para um total de 21.626.195 mil cruzeiros arrecadados, cabiam à União 53%, aos Estados 33%, e ao Distrito Federal mais de 6%, reservando-se às circunscrições municipais a insignificante migalha de menos de 8%. Se excluirmos do total desses municípios a parcela referente às capitais — de quase 4% — decresce ainda mais essa quota, porque, na verdade, as metrópoles arrecadam tanto quanto os municípios do interior. O confronto dispensa comentários: enquanto a participação do Distrito Federal na receita pública, em 1946, era de 6%, todos os municípios do interior do País — em número superior a 1.600 — arrecadavam menos de 4%.

Conforme acentuei na conferência recentemente pronunciada em Santo Antônio de Pádua, "o quadro das receitas públicas no Estado do Rio, nos oito anos que medeiam entre 1940 e 1947, mostra-nos, com atenuantes, a mesma situação de desvantagem do município, em face das duas outras órbitas administrativas.

"Em 1940, o total da arrecadação foi de 235.560 mil cruzeiros, cabendo à União 85.620 mil cruzeiros, ao Estado 96.740 mil cruzeiros, à Capital 16.977 mil cruzeiros e à totalidade dos demais municípios 36.223 mil cruzeiros. Em números relativos, temos: para a União, 36,35%; para o Estado, 41,06%; para a capital, 7,21% e para os municípios, 15,38%. Apesar de figurarem êstes últimos, na escala das rendas, em plano um pouco mais elevado do que o de outros Estados e, de maneira geral, do que o do comum dos municípios brasileiros, vê-se claramente que a sua situação, naquele ano, era de flagrante inferioridade, em comparação com a renda estadual e a federal. Quanto à capital, se bem que aqui não aconteça aquela extrema anomalia de outras Unidades Federadas, onde a metrópole arrecada tanto ou mais do que o conjunto das comunas do interior, ainda assim não se justifica que fique, como foi o caso, com cerca de metade das rendas atribuídas aos municípios.

"Em 1947, a renda geral montou a 756.280 mil cruzeiros, assim distribuídos: União — 284.823 mil cruzeiros (37,66%); Estados — 310.373 mil cruzeiros (41,04%); capital — 47.000 mil cruzeiros (6,21%); demais municípios — 114.084 mil cruzeiros (15,09%). Em oito anos, como se vê, as percentagens conservaram-se quase as mesmas. Eis um sinal de que os municípios fluminenses vêm resistindo bravamente ao processo de dessoramento de que são vítimas as comunas brasileiras em geral, por parte do fisco federal e estadual. Por outro lado, essa inalterabilidade mostra que a resistência não assumiu aspectos positivos, que concretizassem uma melhoria, ou seja, maior participação no acervo tributário comum".

Das minhas excursões pelos municípios brasileiros, tenho trazido, cada vez mais firme, a convicção de que a campanha municipalista ora em andamento, com a valiosa cooperação do I.B.G.E., através dos trabalhos das Agências de Estatística, corresponde a uma necessidade urgente de revitalização do País inteiro. Se houvesse uma distribuição mais equitativa das rendas públicas, ou seja, se fôsse facultado aos municípios maior campo de atuação tributária, mais elevado seria o número de úteis realizações. A aplicação das rendas teria finalidade sobretudo regional, impulsionando, assim, o progresso do "hinterland" e corrigindo erros do passado, em virtude dos quais os centros do interior foram sempre esquecidos, senão desprezados.

E' certo que, tanto na Monarquia, como na República, tôdas as Constituições asseguraram ao município autonomia político-administrativa. Mas, não é menos certo que essa autonomia foi sempre uma ficção constitucional, um mero eufemismo político. Praticamente, não existia, pois não dispunham os municípios, na distribuição dos tributos da Nação, de meios suficientes para realizarem, paralelamente, a sua suficiência econômica. Vieram, desta forma, as nossas comunas lutando com dificuldades superiores às suas forças, no sentido de atender aos justos reclamos dos contribuintes, às legítimas aspirações de suas populações, oneradas de deveres de ordem pública e coletiva, porém sem receberem a compensação

em benefícios de assistência econômica, educacional, cultural e sanitária.

Daí o êxodo dessas populações, desiludidas e cansadas de esperar pela ação protetora do poder público, e que, em busca de melhores dias, foram superlotar as capitais, criando nelas os novos e complicados problemas do congestionamento urbano, feito às pressas, sem previsões, sem planos e sem ordem. Enquanto se despovoava o interior, reduz-se o volume da produção e agravam-se os sintomas de degenerescência social que as nossas estatísticas já configuram, em termos alarmantes.

Diante dêsse quadro, cujos planos não precisarei destacar, nem avisar suas côres, já tão fortes, todo brasileiro, com senso de responsabilidade cívica e política, se sente no dever de pugnar pela revitalização dos Municípios. A reforma da vida político-administrativa das nossas comunas constitui verdadeiro imperativo de salvação nacional. Não podemos deixar que se prolongue, por mais tempo, êsse desequilíbrio, essa desarmonia, essa falta de proporções entre as capitais e o interior dos respectivos Estados; entre o Brasil litorâneo e o "hinterland" do Brasil.

Para prender o homem ao solo e o fazer um elemento vivo, produtivo, útil à comunidade, é necessário dar-lhe onde êle vive, os recursos e a assistência indispensáveis à moderna concepção de vida. Sem êsse relativo bem estar, é evidente, não se poderá deter o despovoamento do interior e o conseqüente desequilíbrio econômico e social do País, fonte de tantos males e inquietações.

Urge, portanto, incentivar a campanha municipalista, que o I.B.G.E. prega e realiza através de suas Agências de Estatística, tendo como finalidade primordial a pesquisa e o estudo das possibilidades econômicas dos municípios, das suas fontes de prosperidade e nível de cultura.

Além dêsse objetivo principal, as Agências têm o dever de colaborar na obra do ressurgimento regional, sob todos os aspectos em que êle se processe, pois são órgãos da administração municipal. Desta maneira, além do valioso trabalho estatístico que realizam, estabelecem um traço de uniformidade no setor de sua atuação e criam mais um elo na cadeia de motivos que fortalecem a unidade nacional, pela identidade de fins, pela padronização de processos, pela sistematização dos trabalhos.

Somente conhecendo as mais prementes necessidades de cada grupo demográfico, seus recursos econômicos, as possibilidades de suas riquezas em potência, as facilidades de colocação e transporte dos produtos, a salubridade de cada zona, é que poderão as autoridades municipais governar com acêrto, justificando essa campanha municipalista com os frutos benéficos de suas administrações. Êsse trabalho preparatório, indispensável aos administradores públicos, é a estatística que o executa. Ela nos revela a adaptação das terras a certos gêneros de cultura; dá, por hectare, o rendimento médio das colheitas, demonstrando, assim, a maior ou menor compensação do trabalho do lavrador; localiza e registra

o potencial hidráulico do município, caracterizado nas suas quedas d'água, fatores de atração de capitais. E' ainda a estatística que revela o Estado sanitário da população, com as apurações dos óbitos e suas causas, bem como do movimento hospitalar.

Em 1940, o Recenseamento Geral encontrou em Macaé 2.017 estabelecimentos agropecuários, que ocupavam uma área de 206.441 hectares. Dêles, 588 eram exclusivamente agrícolas, com uma área de 27.519 hectares, 1.122 eram agropecuários, ocupando 107.435 hectares, 295 eram apenas pecuários, estendendo-se por 70.685 hectares, e 12 eram de outras naturezas, com 802 hectares. Em 1939, o valor total da produção agrícola. Evidencia-se que êsse valor tem crescido, porquanto alcançou em 1945 o total de 18.109 mil cruzeiros.

O Censo Industrial apurou a existência neste Município de 56 estabelecimentos industriais, representando 2,33% do total do Estado. Ocupavam êsses estabelecimentos 988 empregados, equivalendo a 1,79% do pessoal empregado em tôda a indústria regional.

Por seu turno, o valor da produção foi de 16.747 mil cruzeiros, ou seja, 1,95% de todo o Estado onde o valor da produção se eleva a... 860.725 mil cruzeiros.

Êstes aspectos da vida econômica de Macaé exprimem as possibilidades que oferece êste município, se devidamente restituídos às suas fontes imediatas os recursos aqui arrecadados. Só assim poderão ser empregadas no fomento da riqueza local aquelas rendas daqui tiradas para outros fins, — fins êstes que fazem de nosso País uma civilização de fachada, com os seus arranha-céus majestosos, suas praças catitas, o fausto das metrópoles, ao tempo que faltam ao interior os mínimos elementos de assistência, de amparo, de proteção às populações mediterrâneas.

Resta-me a confiança de que os números aqui citados, sôbre a distribuição das rendas públicas, no Brasil, não cairam em terreno sáfaro. Ao contrário. O que êles revelam, evidenciando a gravidade da situação do município no Brasil de hoje — situação, aliás, já em parte atenuada pelas conquistas da Constituição de 18 de Setembro — merecerá, sem dúvida, a vossa atenção e interêsse, para que possais assegurar o estímulo de vosso entusiasmo à cruzada em prol da revitalização municipal.

Falo em um município de gloriosas tradições; evocá-las é lembrar o que há de mais substancial, de mais valioso, de mais rico na história desta comuna, onde se reúnem tão significativas expressões do passado fluminense.

Confio em que os filhos de Macaé serão vanguardeiros desta campanha e construirão, pelo seu esforço e pelo trabalho comum, os alicerces da reconstrução econômica de seu município. Abrir-se-ão, assim, ao Brasil, novas e mais promissoras perspectivas, graças às quais amanhã nos orgulharemos da tarefa em que nos empenhamos hoje, ao entregar às futuras gerações uma Pátria renovada e engrandecida, próspera e feliz.